



A QUESTÃO CHRISTIE BRASIL INGLATERRA 1861-1865



Cel Claudio Moreira Bento

Historiador Militar e Jornalista natural de Canguçu onde nasceu em 19 out 1931. Presidente e Fundador da Federação de Academias de História Militar Terrestre do Brasil (FAHIMTB), do Instituto de História e Tradições do Rio Grande do Sul (IHTRGS) e da Academia Canguçuense de História (ACANDHIS) e sócio benemerito do Instituto de História e Geografia Militar do Brasil (IGHMB) e do Instituto Histórico e Geografico Brasileiro (IHGB) e integrou a Comissão de História do Exército do Estado-Maior do Exército. Comandou o 4º Batalhão de Engenharia de Combate 1981-1982. O Cel Bento coordenou em 1971/1971 como missão militar que lhe foi atribuída pelo Comando do IV Exército, no Recife, o Projeto, Construção e Inauguração do Parque Histórico Nacional dos Montes Guararapes, inaugurado em 19 de abril de 1971 pelo Presidente Emílio Médici e neste dia foi ali lançado o seu primeiro livro As Batalhas dos Montes Guararapes descrição e análise militar .Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1971.2v (texto e mapas). Obra reeditada em 2004, pela AHIMTB em UM só volume, patrocinado pela FHE-POUPEX com novos mapas de autoria do hoje Capitão de Mar-e-Guerra, filho do autor, o idealizador e administrador do site da FAHIMTB www.ahimtb.org.br, onde este trabalho sera disponibilizado.

Digitalização de documento para disponibiliza-lo em Livros e Plaquetas no site da FAHIMTB www.ahimtb.org.br e cópia impressa no acervo da FAHIMTB doado a Academia Militar das Agulhas Negras em levantamento para ser colocado no Sistema Pergamun de bibliotecas do Exército

A QUESTÃO CHRISTIE – 1861/65

Em 1860 veio para o Brasil o Ministro da Inglaterra William Dougal Christie como diplomata e de temperamento explosivo e autoritário.

Conforme o General Antônio da Rocha Almeida

Em junho de 1860 dois marinheiros da fragata inglesa **HMS Emerald** assassinaram um remador da guarda-moria da **Alfândega do Rio de Janeiro**. Christie acobertou os culpados e os fez recolher ao consulado e depois a um navio da **Real Armada Inglesa** na estação naval do Rio de Janeiro, subtraindo-os à ação da **Justiça Imperial**. Apesar de todas as reclamações da nossa diplomacia, o crime, por culpa exclusiva do atrabiliário representante da **Rainha da Inglaterra**, ficou impune.

Em julho de 1861 naufragou num trecho do litoral gaúcho, em Albardão, diante do município de Santa Vitória do Palmar a fragata inglesa **HMS Prince of Wales** cuja carga, segundo a Inglaterra, foi pilhada por brasileiros que teriam assassinado um tripulante do navio.

Em outubro de 1861, o **Embaixador Christie** se dirigiu à chancelaria brasileira de modo mal educado e autoritário, exigindo a instauração de um inquérito que seria supervisionado pelo agente britânico Capitão Thomas Saumarez, o que foi “altivamente repellido pelo **Presidente do Conselho de Ministros Marquês de Olinda**” (Rocha Almeida, 1959, p. 207). Realizado, o inquérito revelou que alguns caixões do naufrágio que chegaram à praia foram apanhados por homens que se refugiaram no Uruguai. Antes da solução do problema, surgiu outro de grandes proporções que passou a História como **Questão Christie**.

Em 17 de junho de 1862, três oficiais (um tenente, um capelão e um guarda-marinha) da fragata inglesa **HMS Fort**, talvez bêbados e à paisana promoveram um tumulto na Tijuca ao retornarem de um passeio pelos subúrbios do Rio, desacataram a guarda de um Posto Policial no qual queriam penetrar, foram presos e pernoitaram no xadrez. Identificados, com a interferência de um Almirante inglês foram postos em liberdade e sem instauração de inquérito. Christie exultou e interveio para não deixar encerrar-se o caso. Seria a oportunidade para tentar impor ao governo brasileiro tratado de comércio, no estilo colonial, que o Bill Aberdeen não lograra impor. Exigiu ele formal satisfação pela prisão. Lançou ultimato com prazo fixo, exigindo para a solução dos dois incidentes, conforme o Gen Rocha Almeida:

- um prazo de 15 dias para serem apresentadas formais satisfações pela prisão dos oficiais;
- que o oficial de polícia que os prendera fosse punido com baixa do serviço;
- que o sentinela do Posto Policial fosse rigorosamente castigado;
- indenização, arbitrada por ele, pelo roubo dos ‘salvados’ dos destroços do **Prince of Wales**;
- censura ao chefe de polícia da Corte e ao seu substituto; e - plena satisfação diplomática pelo que considerou um ultraje.

Fixado o prazo, ele expirava a 20 de dezembro de 1862. Em 18 de dezembro, o governo imperial informou ao governo inglês que não mais trataria do assunto com Christie e sim diretamente com Lord John Russel, titular do **Foreign Office**.

Em 31 do mesmo mês, a flotilha inglesa do vice-almirante Warren bloqueou à bandeira brasileira o porto do Rio de Janeiro e apresou cinco barcos mercantes (um vapor, um patacho e três embarcações menores), levando-os para a ilha das Palmas. A nau-capitânia ameaçou bombardear a cidade e desembarcar tropa.

A reação foi imediata. A população do Rio de Janeiro veio para a rua, ameaçando casas comerciais, residências, o consulado e a própria legação britânica. Tão violenta foi a reação popular que a Polícia apelou para o Exército, a fim de evitar os distúrbios.

O imperador, ouvido o Conselho de Estado, dirigiu-se à cidade, acompanhado até

o Paço, aclamado pela multidão, no momento em que externava, publicamente, a indignação dizendo que *“perderia a coroa, mas não se humilharia ao estrangeiro”*.

Diante do inesperado, Christie sugeriu a solução dos conflitos por arbitramento.

O governo resolveu o incidente da **Prince of Wales**, indenizando, sob protesto, por três mil e duzentas libras esterlinas, o roubo dos caixões dos destroços. Aceitou o arbitramento para o da prisão dos oficiais.

O rei Leopoldo I da Bélgica, árbitro, deu ganho de causa ao Brasil, concluindo no laudo, a 18 de julho de 1863, pelo dever de o governo inglês dar satisfação plena.

Não foram dadas. O Brasil rompeu relações diplomáticas com a Inglaterra, só reatadas em 23 de setembro de 1865, em Uruguaiana com mediação do governo de Portugal.

Naquele dia, apresentou-se ao acampamento do imperador em Uruguaiana o enviado extraordinário britânico Sir Edward Thornton, declarando:

“Estou encarregado de exprimir a V.M. Imperial o pesar com que S.M. a Rainha viu as circunstâncias que acompanharam a suspensão das relações de amizade entre as cortes do Brasil e da Inglaterra, e de declarar que o governo de S.M. nega toda intenção de ofender a dignidade do Império do Brasil, que S.M. aceita plenamente, sem reserva, a decisão de S.M. o Rei dos Belgas e que será feliz em nomear um ministro para o Brasil, logo que V.M. estiver pronto para renovar as relações diplomáticas.

A Questão Christie, proporcionou, pelas reações decorrentes, certos proveitos a longo prazo. Despertou a conscientização do governo para o magno problema da defesa nacional e, do povo, para a necessidade de organizar e armar as forças militares.

Abriram-se subscrições permanentes para superar a deficiência. Nelas, todos quiseram contribuir: o Imperador, com uma quinta parte da sua lista civil anual; a imperatriz e as princesas o imitaram; funcionários públicos civis, oficiais do exército e da marinha, todos concorreram com 5% dos vencimentos; proprietários e comerciantes, nobres e plebeus contribuíram com apreciáveis quantias e o povo não ficou ausente.

Com a arrecadação fizeram-se as primeiras encomendas a fábricas da Europa e a arsenais nacionais, estes em ritmo acelerado.

Os meios adquiridos foram providenciais, poucos anos depois, quando o Brasil ingressou numa das mais difíceis fases da história. Tudo isto acontecia às vésperas da guerra da Tríplice Aliança.

Data da época da Questão Christie, a construção dos fortes de Santa Cruz e do Leme em suas configurações atuais.

O incidente surgira quando Caxias era Chefe do Gabinete, desde 2 de março de 1861, acumulando a pasta da Guerra. No momento mais crítico do conflito, estava ele fora do governo. Não lhe cabia tomar, de público, nenhuma providência ou atitude, porque, afirma em carta ao Visconde do Rio Branco, ***“O Imperador me pediu que me não fizesse centro de coisa alguma, pois que me queria ter disponível para qualquer emergência”***.

Fizeram-se reuniões para estudar os problemas do Exército.

Em consequência da Questão Christie as fortalezas de Santa Cruz e a do outro lado que lhe é oposta foram modernizadas como hoje se apresentam, monumentais. A de Santa Cruz ainda mais poderosa do que em 1836 segundo o Almirante Inglês que assim avaliou o seu poder de fogo:

“Na Fortaleza de Santa Cruz existem três níveis de baterias voltada para a entrada da baía de Guanabara. Ao todo são 116 canhões, nenhum menor do que 14 libras. Creio que para guarnecer a fortaleza são necessários 1200 homens. As baterias ficam sob plataformas, menos a inferior, provisoriamente em seteiras. As casamatas são amplas. Tudo é construído no granito sólido. Não há falta de balas (projéteis), nem de suprimento algum. Cada bateria possui a sua forja para tiros incandescentes. Esta fortaleza é cominada pelo Forte do Pico, inatingível com tiro naval. Os canhões dos navios que passam pela fortaleza são inúteis, por impossível alcançar inclinação ideal para alcançar a artilharia da fortaleza. Não vi nenhuma maneira

possível de penetrar na fortaleza. Um navio não pode chegar perto dela. Mal há lugar para um grupo de homens dela se aproximar e tentar colocar escadas de assalto. “

Fontes consultadas

BENTO, Cláudio Moreira. A Fortaleza de Santa Cruz - 1836. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro, 1990/1991, p.101/103.(trabalho disponível em Livros e Plaquetas no site da FAHIMTB www.ahimtb.org.br

GIORGIS Luiz Ernani Caminha nosso parceiro no resgate deste episódio no livro BRASIL LUTAS CONTRA INVASÕES. AMEAÇAS E PRESSÕES EXTERNAS , disponível para ser baixado em Livros e Plaquetas no site da FAHIMTB www.ahimtb.org.br ⁱ

ROCHA ALMEIDA, Antônio da, General. História do Brasil. Porto Alegre: PUCRS, Ética Impressora Ltda., 1959, 3 vol.

No Museu do Forte de Copacabana , na Fortaleza existe foto do Embaixador Christie e da da fragata inglesa **HMS Prince of Wales**

ⁱ R baixa